

RENOVAÇÃO URBANA E CONTROLE SOCIAL NUMA ÁREA TURÍSTICA E COMERCIAL

Elisângela Silva dos Santos^{*}

Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira^{**}

RESUMO: *O presente trabalho visa mostrar qual o impacto do projeto de revitalização da área do comércio nas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores informais. Este é um espaço onde a cultura baiana é construída no cotidiano, que abriga ritmos antigos coexistindo com novos ideais de vida urbana. Visa também identificar quais os mecanismos criados pela Prefeitura Municipal de Salvador para ordenar a vida dos indivíduos. Tendo como base a revitalização do Pelourinho, estabelece-se como uma das hipóteses a supressão dos personagens que construíram a identidade do lugar, para que sejam instaladas modificações voltadas para a dinamização do comércio e turismo, influenciando na autenticidade da vida cotidiana e criando um artificialismo produzido e padronizado imposto como ideal de vida urbana. Dentre os vários trabalhadores de rua que ali estão situados, foram escolhidos para a análise da vida cotidiana dos indivíduos que fazem parte desse cenário os camelôs, também conhecidos como vendedores ambulantes, e amoladores de objetos. Busca-se estudar o controle social e ordenamento desses indivíduos por parte do poder público, levando em consideração um projeto de requalificação urbana e seus impactos sobre a vida dessas pessoas.*

Palavras-chave: Revitalização; Ordenamento; Trabalhadores informais.

INTRODUÇÃO

O bairro do comércio, antes um entreposto comercial em plena atividade, apresenta sua funcionalidade alterada pelo tempo. Este local deixa de ser o centro financeiro da cidade, onde atualmente teve seu endereço mudado em direção ao Iguatemi e Avenida Tancredo Neves, se caracterizando como novo centro de poder comercial.

O projeto de Revitalização do Comércio, criado pela Prefeitura Municipal de Salvador, numa parceria com o Governo do Estado da Bahia, a Codeba (Companhia de Docas do Estado da Bahia) e a Associação Comercial, tem como objetivo devolver a essa área as características dos tempos de glória, perdidas com o passar dos anos, fazendo-a ressurgir como pólo de desenvolvimento comercial, industrial, de serviços ou até mesmo como área residencial.

Nesta área de predominância comercial, milhares de pessoas exercem diversas atividades e funções. Muitos deles executam suas atividades nas ruas e tentam sobreviver no mercado informal. Nos entornos das ruas do comércio, vivem o cotidiano e constroem estratégias num entrelaçamento de sujeitos, ocorrendo situações de conflito, de cooperação e de poder. É um espaço onde a cultura baiana é construída no cotidiano, que abriga ritmos antigos coexistindo com novos ideais de vida urbana. E conforme salienta Espinheira (2004), é uma região em transição para um novo papel urbano que não quer perder sua identidade na dinâmica da pós-modernidade.

Tendo como base a revitalização do Pelourinho, estabelece-se como uma das hipóteses a supressão dos personagens que construíram a identidade do lugar, para que sejam instaladas

^{*} Licenciada em Ciências Sociais/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA; Graduanda em Sociologia/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, /UFBA. butterflylio@yahoo.com.br Autora.

^{**} Prof.Doutor em Sociologia, Departamento de Sociologia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. geyespin@ufba.br - Orientador.

modificações voltadas para a dinamização do comércio e turismo, influenciando na autenticidade da vida cotidiana e criando um artificialismo produzido e padronizado imposto como ideal de vida urbana. Esse projeto de renovação urbana pode vir alterar significativamente a imagem e conteúdo desta parte da cidade da Bahia, que é um dos seus signos mais fortes.

Propõe-se neste trabalho: caracterizar o processo recente de reforma urbana da área do Comércio da Cidade Baixa, buscando observar o seu impacto sobre a lógica de sobrevivência dos trabalhadores informais, identificar os critérios e mecanismos de controle para o cumprimento das regras utilizados pela Prefeitura Municipal de Salvador para ordenar a vida dos trabalhadores informais que executam suas atividades na área; estudo da rotina dos trabalhadores informais e de como se processa sua permanência no local em função do projeto da prefeitura; entender qual o impacto do novo cenário urbano na espontaneidade e autenticidade do fazer, criar e inventar, dos modos de ser da vida cotidiana e nas formas de execução do trabalho desses indivíduos.

Por isso, dentre os vários trabalhadores de rua que ali estão situados foram escolhidos, para a análise da situação, os camelôs, também conhecidos como vendedores ambulantes, e amoladores de objetos, que tentam sobreviver num espaço fluido tal como é a rua, onde a qualquer momento eles podem ser retirados de lá.

Os vendedores ambulantes selecionados são os que estão situados na Rua Riachuelo e Rua dos Ourives, a maioria deles são vendedores de acessórios para celular, produtos importados como rádios gravadores, CDs em geral, acessórios para o lar como mangueira para fogão, etc. Alguns dos ambulantes localizados nestas áreas já sofreram consequências oriundas das mudanças implantadas pela prefeitura municipal, decorrentes do processo de revitalização. A realocação desses trabalhadores para lugares de pouco movimento, travessas e becos de pouca visibilidade promove a queda nas vendas, mas é, segundo os gestores da prefeitura, uma condição necessária para a restauração do lugar, na medida em que causam transtornos à segurança pública. São aqueles que são alvo da fiscalização constante do poder público, mesmo os que possuem licença para exercerem suas atividades no local. Os que não possuem a licença são perseguidos pelo **rapa**, que, por vezes, apreendem suas mercadorias.

Os vendedores ambulantes de outras ruas também podem sofrer repressão por parte do órgão competente de fiscalização, no entanto, os ambulantes como os da Rua Portugal, que começam a chegar por causa da alta rotatividade derivada do novo posto do SETPS¹ que surgiu com a implantação do projeto de revitalização da área, ainda não sofrem os mesmos impactos que os situados nas ruas citadas vêm sofrendo. As baianas de acarajé podem ser consideradas como atrativo para os turistas, **sendo a autêntica representação da cultura baiana**. Há menos fiscalização por parte do poder público e mais rivalidade entre as próprias comerciantes, como observado no Mercado Modelo.

A análise da vida dos trabalhadores informais que ali chegaram após o surgimento de empresas (como call center) e serviços que tiveram incentivos da prefeitura para funcionar no local, decorrentes do projeto da PMS, não será feita nesta pesquisa.

Serão observados também os amoladores de objetos como tesouras e alicates, aqueles que, há duas décadas, ocupam a calçada ao lado do prédio dos Correios na Avenida Estados Unidos, e apesar do prestígio da profissão no lugar, também são fiscalizados pela prefeitura. Caso os gestores do projeto achem necessário, eles também serão relocados.

Como parte da metodologia será utilizado o método de observação direta², tentando compreender o cotidiano dos indivíduos que ali trabalham no setor informal e suas formas de ser e estar no mundo através de levantamento etnológico. Como técnica de levantamento de dados serão utilizados: gravação magnética de entrevistas, histórias de vida e fotografias. Serão

¹ Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Salvador.

² Buscando fugir dos desvios de prática do trabalho de campo na cidade que são, tal como aponta Montoya Uriarte, 2003, mais participações-observantes do que observações-participantes.

escolhidos aqueles indivíduos que foram retirados do local onde comerciavam anteriormente ou que podem ser retirados do lugar de trabalho futuramente, através de entrevistas exploratórias. Além das entrevistas feitas com os trabalhadores serão feitas entrevistas com gestores da PMS, tanto da SESP³ quanto Escritório de Revitalização do Comércio, visando entender a lógica do poder público para o cumprimento das regras e suas políticas de intervenção urbanas direcionadas a esses trabalhadores.

O surgimento de novos indivíduos ligados ao tema central contribuirá, ainda mais, para o esclarecimento de minhas indagações: estudar o controle social e ordenamento desses indivíduos por parte do poder público, levando em consideração um projeto de requalificação urbana. O estudo dos decretos e leis regulamentados pela Prefeitura Municipal de Salvador será importante no entendimento da lógica do poder público para o controle sobre os trabalhadores que executam suas atividades nos logradouros públicos, visando dar ordem e normatizar os espaços.

SALVADOR: CIDADE MODERNA E GLOBALIZADA

O estudo das metrópoles que tem como concentração o aparato produtivo, riqueza, poder e população na grande maioria dos países, adquiriu grande importância na medida em que o processo de reestruturação produtiva em associação à globalização contribuem para a revitalização de seu papel e crescimento; além de contribuírem para uma nova geografia e uma arquitetura produtiva que qualifica e desqualifica os espaços em função de fluxos mundializados, impactando sobre a morfologia territorial e social e funcionamento dessas grandes cidades.(CARVALHO;SOUZA ;PEREIRA,2004)

O entendimento dos acontecimentos e transformações que se dão numa cidade como Salvador, uma referência urbana importante no Brasil, não apenas pelo seu contingente populacional, mas também por sua importância histórica (tendo sido fundada há mais de 450 anos), é de grande relevância. Segundo Espinheira (1999, p.64) “Salvador foi, desde sua fundação, um lugar no mundo, um ponto de apoio para a globalização e modernidade”. Salvador é também marcada historicamente como um lugar de comércio, num movimento constante, onde se encontrava armazéns, trapiches e muitos mercados.⁴

Nos dias atuais, constatamos uma cidade bela e cruel, onde muitos de seus moradores sofrem as mais duras privações e se submetem a terríveis situações cotidianas. Os distanciamentos sociais crescem e, cada vez mais, os lugares são marcados socialmente, para poder comportar a diversidade dos tipos sociais. A separação social se faz através de estilos excludentes que personalizam lugares, requerendo assim identidades que nem todos podem suportar.

O processo de globalização que atinge o país e mais especificamente a cidade de Salvador produz efeitos paradoxais que, de um lado busca a acentuação do diferente e, de outro, propõe a padronização. A requalificação de certas áreas da cidade, com embelezamento e melhorias de áreas públicas, está em conformidade com o processo generalizado de transformação das cidades, que possui três processos centrais constitutivos, conforme Fernandes (2003, p.74-75), concentrando as principais características no que diz respeito às intervenções nas cidades:

A constituição de novas centralidades no âmbito mundial e a necessidade de um espaço monumental; A progressiva mobilidade de pessoas, combinada a um processo crescente de celebração de uma urbanidade idealizada; A internacionalização das metodologias de intervenção nas cidades, aliada ao

³ Secretaria de Serviços Públicos

⁴ Ver Mattoso, 1978,1992.

papel das agências multilaterais na condução dos financiamentos internacionais (neste caso, particularmente para os países pobres).

Com relação à constituição de novas centralidades, está incluída tanto a escala territorial de abrangência das metrópoles como a recomposição de suas funções. Os programas políticos de intervenção nas cidades são semelhantes entre si, aliando a busca de uma nova funcionalidade urbana à recuperação de espaços centrais tornados decadentes ou ociosos na nova configuração das grandes cidades.

A expansão dos projetos como forma de reconquistar centralidade, promovendo dinamismo urbano, tem como pressuposto o processo de competição entre as cidades, tendendo a homogeneizar as estratégias de recuperação dos centros⁵. O discurso também se ancora na chamada **qualidade de vida**, desdobrando-se em atributos urbanos, nos quais limpeza, regularidade, segurança e prazer dos espaços são condições necessárias à evasão do cotidiano.

A ação dos organismos internacionais em corpos nacionais, processo constitutivo das reformas, se encontra cada vez mais vinculada à ação financeira, os critérios que balizam as intervenções nas cidades convergem em avaliações essencialmente monetário-financeiras. A nova condição urbana atende às fortes mudanças registradas ao nível da organização econômica da produção, da distribuição e do consumo.⁶

A renovação busca, tal qual nos aponta Bauman (1998), a purificação onde, para isso, é preciso mudar a maneira como as coisas costumavam ser, criando uma nova ordem. Ele ainda nos diz:

No mundo pós-moderno de estilos e padrões livremente concorrentes, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tem de mostrar-se capaz de ser reduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são 'sujeira' da pureza pós-moderna. (1998, p.23)

ORDENAMENTO DOS TRABALHADORES INFORMAIS COMO TÁTICA DE PLANEJAMENTO URBANO

No Brasil, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais trazem mudanças em vários setores, inclusive no mercado de trabalho onde há altas taxas de desemprego, o aumento da concentração de riqueza, da desigualdade social e, principalmente, da precarização do trabalho, bem como o crescimento de atividades não regulamentadas e do trabalho informal.

A dinâmica da região metropolitana de Salvador também tem ensejado o crescimento de trabalhadores por conta própria. A atividade informal em Salvador desenrolou-se, ao longo dos séculos, como uma forma de sobrevivência e de inserção social precarizada, além de ter sido um degrau para o desenvolvimento capitalista. Muitos destes trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho têm ocupado os espaços públicos da cidade, onde, para garantirem o seu sustento e o de suas famílias, submetem-se a trabalhar de forma precária por fazerem parte de um excedente de mão-de-obra. Esses indivíduos vivem o cotidiano num entrelaçamento de sujeitos, onde acontecem situações de conflito, cooperação e poder.

⁵ Os pressupostos do paradigma de planejamento urbano e seus instrumentos, considerando sua disseminação no Brasil, são citados em Ribeiro e Santos Junior, 1997.

⁶ Sobre evolução e transformação da condição urbana inseparável das dinâmicas econômicas, ver Portas; Domingues; Cabral, 2003.

Uma série de medidas e ações do poder público é efetivada visando controlar e inibir essa forma de trabalho. Grupos sociais criam regras e tentam fazer com que elas sejam seguidas em certos momentos e circunstâncias. Tais regras definem situações e tipos de comportamentos de acordo com elas, especificando as ações como erradas, proibindo-as, e outras como certas. A pessoa que transgredir essas regras é vista como marginal ou desviante. (BECKER, 1977).

O planejamento sempre atuou como aquele que deve corrigir os problemas, solucionando os conflitos, buscando sempre eliminar as tensões e afastar os elementos opositores. ⁷ O urbanismo soteropolitano não adota o princípio democrático. As leis pontuais são feitas para satisfazer àqueles que requerem usos vantajosos da cidade. Segundo Lima (2004, p.319):

[...] no Brasil o sistema jurídico não reivindica uma origem ‘popular’ ou ‘democrática’. [...] Os modelos jurídicos de controle social, portanto, não têm nem poderiam ter como origem ‘a vontade do povo’, como reflexo de seu estilo de vida, mas são resultado dessas formulações legais especializadas, legislativa ou judicialmente.

Temos como exemplo claro o Pelourinho, que teve o povo que ali habitava expulso, onde comerciantes e empresários bem sucedidos foram convidados, com atraentes incentivos fiscais, a ocuparem o Centro Histórico, não respeitando as tradições, nem os rituais do povo, muito menos a memória arquitetônica e social.

O que podemos observar, diariamente, conforme afirma Espinheira é:

Nenhuma democracia em relação ao povo em Salvador, mas o oposto, rígida hierarquização de seus espaços. Ampla aplicação de penas de exílio e exclusão. Ordenar a cidade! [...] Retirar ambulantes, acabar com economia informal, impedir que os mais pobres tomem iniciativas e ocupem os espaços estratégicos na cidade para o exercício de suas atividades, e tudo isso numa época de desemprego agudo, de dificuldades de sobrevivência. (1999, p.74)

CONCLUSÃO

A questão urbana contemporânea tem uma base econômica, as tendências das economias urbanas no contexto da economia global são, na maioria das vezes, socialmente desintegradoras e reprodutoras da exclusão e da pobreza para um grande contingente de pessoas.

A aptidão de participar no jogo consumista é considerada como critério de pureza. Os consumidores falhos são aqueles deixados de fora, como sujeira que deve ser removida. São incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor por falta de recursos requeridos, incapazes de serem indivíduos livres, levando em conta o senso de liberdade definido em função do poder de escolha do consumidor. Por isso, são considerados como objetos fora de lugar. (BAUMAN, 1998)

A estigmatização e exclusão surtem efeito paralisante nos grupos de menor poder, sendo armas nas tensões e conflitos ligados aos equilíbrios de poder. Armas poderosas para que o grupo estabelecido preserve sua identidade grupal e afirme sua superioridade. (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Os sistemas simbólicos também cumprem a sua função como instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, “dando o reforço da sua própria força às relações de forças que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 2004, p.11).

⁷ Sobre a ideologia do planejamento no passado, consultar Marcel, 2005.

Na busca pela recuperação física do lugar urbano há um esvaziamento da cultura, dos significados, onde a padronização globalizante faz iguais lugares diferentes. Segundo Augé (1994), a presença do passado que ultrapassa e reivindica o presente é a essência da modernidade, colocando os ritmos antigos dos lugares em segundo plano.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

BARRETO, T. R. Desemprego, informalidade e exército industrial de reserva. In: _____. **Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”**. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS - no final do século XX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2005 Cap.1, p.22-93.

BECKER, H.S. Marginais e desviantes. In: _____. **Uma teoria da ação coletiva**. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977, Cap.3, p.53-67.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, I. M.; GORDILHO-SOUZA, A.; PEREIRA G. C. Polarização e Segregação Socioespacial em uma metrópole periférica. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.41, p.281-297, mai. /ago.2004

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ELIAS, N.; SCOTSON, L. Introdução: ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In _____. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

ESPINHEIRA, G. **Identidades de Salvador**: signos e vida cotidiana da Cidade Baixa. Salvador: UFBA/PIBIC, 2004.

_____. El patrimonio como domesticación de la cultura. **Íconos**, Quito, n.21, Revista de Ciencias Sociales. , p.69-77, enero2005.

_____. Salvador: a cidade das desigualdades. **Cadernos do CEAS**, Salvador n.184, p.63-78, nov. /dez. 1999.

_____. Mal-estar na baianidade: perdas e danos. **Cadernos do CEAS**, Salvador n.200, p. 79-98, jul./ago. 2002.

FERNANDES, A. Consenso sobre a cidade? In: MONTTOYA URIARTE, U.; JUNIOR, M. E. (orgs). **Panoramas urbanos**: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 71-81.

LIMA, R.K. Cultura jurídica, administração institucional de conflitos e gestão de segurança pública: a apropriação particularizada dos espaços públicos no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE-Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.

MARCEL, J. **Bahia: negra, mas limpinha**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2005.

MATTOSO, K.M^aQ. **Bahia séculoXIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

MONTOYA URIARTE, U. Antropologia urbana: problemas e contribuições. In: ____;JUNIOR, M.E. (organizadores). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2003, p.41-56.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro António Gomes; CABRAL, João. **Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JUNIOR, O. A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.